

# FIOS DA MEMÓRIA

WANDER MELO MIRANDA \*

## RESUMO

Leitura intertextual do componente memorialístico de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos e *Em liberdade*, de Silviano Santiago, a partir da abordagem do passado como “lugar de reflexão” aberto à experiência da alteridade, tendo-se em vista a postulação da memória como repetição em demanda da diferença.

---

\* Professor Adjunto da Faculdade de Letras da UFMG. Doutor em Letras. Este trabalho, com outro título, é um capítulo da minha tese de Doutorado — *Contra a corrente: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago* — realizada sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Nádia Battella Gotlib e defendida na Universidade de São Paulo, em 04/06/87.

O estudo que faz sobre Proust, Beckett declara: Proust tinha má memória (...) O homem de boa memória nunca se lembra de nada, porque nunca se esquece de nada. Sua memória é uniforme, uma criatura de rotina, simultaneamente condição e função de seu hábito impecável, um instrumento de referência e não um instrumento de descoberta. A apologia de sua memória — 'Lembro-me como se fora ontem...' — é também seu epitáfio e indica a expressão exata de seu valor.<sup>1</sup>

Deleuze e Guattari, por sua vez, ao abordarem o que chamam de "blocos de infância" em Kafka, afirmam:

A memória de Kafka nunca foi boa; tanto melhor, pois a lembrança de infância é incuravelmente edipiana, impele e bloqueia o desejo em uma foto, rebate a cabeça do desejo e o corta de todas as suas conexões (...) A lembrança opera uma reterritorialização da infância.<sup>2</sup>

Apesar da diferença de ambas as proposições, tanto numa — esquecer para lembrar —, quanto na outra — esquecer de lembrar —, é colocado em questão o papel desempenhado pela memória operadora do Mesmo, pela lembrança que conduz quem lembra à edificação de um monumento de si, confirmador do mito pessoal em que se reconhece e deseja ver-se re-conhecido. Nesse caso, ao atuar como eco, arquivo, duplo do *eu*, a memória impõe ao sujeito que lembra a consciência (falsa) da sua plenitude e

autonomia, condenando-o a refazer o tecido da sua história sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado o qual, por não conter os fios que o Outro tece, é irremediavelmente alienante.

No pólo oposto, o da memória operadora da diferença, lembrar é descobrir, desconstruir, desterritorializar — atividade produtiva que tece com as idéias e imagens do presente a experiência do passado. Nesse outro trabalho de tecelagem, não basta um fio de Ariadne localizador da lembrança, mas, ao contrário, “é preciso desenrolar fios de meadas diversas”,<sup>3</sup> desfiar o tecido dos acontecimentos e sentimentos pretéritos e transformá-lo numa urdidura sempre renovada, refeita, recriada, que não se encerra na busca do *eu* perdido por uma subjetividade onipotente, nem resulta na preservação da couraça do hábito e da rotina. Assim, entendida como repetição em demanda da diferença, a atividade memorialista propicia tomar-se efetivamente o passado como “lugar de reflexão”, para que a memória, então problematizada, atue também como uma espécie de “metamemória”, tal qual ocorre, segundo Ângela Maria Dias,<sup>4</sup> nas páginas de *Memória do cárcere* de Graciliano Ramos.<sup>5</sup>

## O Tecido Desfiado

Em Graciliano, a restauração da memória não se prende a métodos apriorísticos de perquirição, dependentes de um horizonte de referência meramente documental da experiência vivida e que visem, em conseqüência, a satisfazer expectativa previsível de configuração textual. Lembrar é, para Graciliano, esquecer-se enquanto sujeito-objeto da lembrança, esgueirar-se para os cantos (cf. MC, I, p. 11), colocar-se de certa forma à margem do texto — ser escrito por ele, ao invés de escrevê-lo —, para que a linguagem em processo intermitente de produção possa cumprir seu papel efetivo de instrumento socializador da memória. Na tessitura de vozes revividas, no reencontro emocionado com o Outro, não se trata de eternizar o passado, mas de confrontá-lo com o presente e inocular a própria mobilidade deste no narrado, reiventando com as imagens arbitrárias da memória e da imaginação a trajetória comum de vida percorrida.

Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a

direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paragens, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente. (MC, I, p. 9)

A escrita procura perfazer, então, caminho semelhante ao da memória — “página meio branca” (MC, III, p. 41) impressa de “sulcos negros” (MC, I, p. 61). O resultado são as idas-e-vindas, interrupções e retomadas da matéria narrada, as anexações parciais e nunca integrais dos conteúdos da experiência, as reminiscências arredias e articulações definitivas. O desejo do narrador — móvel da escrita — de vencer seu “nevoeiro mental” (MC, III, p. 39) e de dar forma, mesmo sabendo-a provisória, à “neblina de sonho” (MC, III, p. 68), que é a reminiscência, não se realiza em virtude da “perspectiva relativizada”<sup>6</sup> em que se coloca, nem pelo preenchimento vicário dos vazios e lacunas da memória, nem pela constituição de certezas e verdades dogmáticas.

Liberar o passado do esquecimento não é repeti-lo nem tampouco torná-lo um objeto frio de racionalização, imune ao afeto de quem lembra, como indica a impossibilidade de distanciamento rigoroso do narrador de *Memórias do cárcere* frente aos eventos rememorados, apesar das frequentes reflexões autocríticas que entrecortam o narrado e ressaltam a separação entre os tempos do enunciado e da enunciação. Não prevalecendo a distinção nítida entre os dois tempos que tendem constantemente à superposição e à confluência num *agora* que prolonga a duração do passado no presente, o desdobramento do narrador entre lembrar e ser lembrado, observar e ser observado, adquire um significado mais amplo e complexo do que faz supor a mera distinção retórica entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. Em muitos casos, torna-se impróprio mantê-la, como na passagem em que, no porão do Manaus, após recordações da vida em Pajuçara durante a feitura de *Angústia*, é declarado o seguinte:

Agora me ligava a fatos pouco mais ou menos ignorados, esquecia casos a que dera muita importância. Não os esquecia, realmente: jogava-os num desvão, onde se empoeiravam, cobriam de teias de aranhas; ressurgiam, sobrepunham-se ou subpunham-se aos outros, afinal se

nivelavam, misturavam todos, e já não me era possível saber o que estava dentro ou fora de mim. (MC, I, p. 207)

No *antes* que emerge no presente da escrita como um *agora* retroativo (“Agora me ligava...”),<sup>7</sup> afirma-se tanto a dualidade inerente ao registro temporal, quanto a da voz narrativa que, em razão da referida postura do narrador frente ao narradô, entrelaça o Graciliano personagem dos fatos vivenciados ao Graciliano encarregado de narrá-los. A distinção entre passado e presente, interno e externo, que remete, antes de mais nada, à relação entre o modelo empírico e sua encenação autobiográfica, não se coloca, portanto, em termos opositivos rígidos e excludentes. No emaranhado “novoel” (MC, I, p. 8) da escrita memorialista de Graciliano, a retrospectiva do cárcere mobiliza a retrospectção de segmentos pretéritos anteriores ao próprio período de encarceramento que, ao serem presentificados, acarretam interrelações que dão ao tecido narrativo uma complexidade e ressonância temporal mais amplas que se poderia presumir. É o que ocorre com a lembrança recorrente do hospital:

A lembrança do hospital se agravava quando me abatia preguiçoso no colchão, de barriga para cima, a olhar os casebres do monte, os indivíduos que subiam e desciam a ladeira vermelha. E o desejo me chegou de narrar sonhos doidice, rumor de ferros na autoclave, os gritos horríveis de uma criança, um rosto sem olhos percebido na enfermaria dos indigentes e as ronceiras pancadas de um relógio invisível. Já me surgira a idéia de escrever isso. Voltava agora com insistência. Naquele tempo, no delírio, julgava-me dois. A parte direita não tinha nada comigo e se chamava Paulo (...) Essa estupidez, que me assaltara na colônia, regressava com força grande, impunha-se (...) Enfim a necessidade urgente de escrever dois contos: pegar de qualquer jeito o relógio do hospital e Paulo. Seriam contos? Não sei fazer contos: precisava livrar-me daquilo, afastar o hospital e dormir. (MC, IV, p. 29)

Se o vivido no hospital, para usar um verbo caro a Graciliano, *avulta* com freqüência em momentos críticos do vivido na prisão, tal qual registrado pela narrativa (veja-se, como exemplo, MC, I, p. 222; II, p. 90-91, 213; III, p. 35, 57-58; IV, p. 25, 59-60), é porque ambas as experiências sofridas, embora distantes temporalmente entre si, têm a aproximá-las o fato de colocarem em relevo, a partir da dualidade do narrador enquanto sujeito e objeto da lembrança,

a cisão irremediável que percorre esse mesmo sujeito e da qual ele pretende liberar-se, de certa forma, pela escrita. Essa possibilidade de liberação — tentativa de recuperar uma suposta integridade cuja perda a vivência carcerária acentua — encontra-se comprometida, entretanto, desde o início, pela bifurcação dos contos em “dois contos”, que incidem, de modo semelhante ao ocorrido nas *Recordações da casa dos mortos* de Dostoiévski, sobre a questão do sujeito como “coisa amputada”.<sup>8</sup>

O problema se coloca, especificamente, em “O relógio do hospital” e “Paulo”,<sup>9</sup> a partir da relação do personagem-narrador com o próprio corpo e com o corpo da escrita, relação de despedaçamento, desagregação, descontinuidade, que reaviva tanto a dispersão atemorizante do fantasma do corpo despedaçado, dividido, quanto a angústia ligada ao fantasma da castração. De forma alucinatória, o retorno familiar e estranho do recalcado revela-se, em ambos os contos, através da atuação do persecutório, da onipresença do desconhecido-conhecido. Em “Paulo” aparece como uma ameaça interna, dentro do corpo do doente e ocupando-lhe justamente a metade; em “O relógio do hospital” como ameaça externa, fora do corpo e concretizada no homem dos esparadrapos entrevisto na enfermaria e de cuja imagem o narrador se torna definitivamente prisioneiro:

a grande alvacenta aparecera, feita de tiras de esparadrapo, e, por detrás da grade, manchas amarelas, um nariz purulento, o buraco negro de uma boca, buracos negros de órbitas vazias. Esse tabuleiro de xadrez não me deixava, era mais horrível que as visões ferozes do longo delírio. (INS, p. 38)

A presença dessa criatura ameaçadora, dessa “coisa” (INS, p. 46), desse “intruso” (INS, p. 53), que não tem cara, olhos ou boca, embora tenha no caso de Paulo em nome significativo, que remete ao apóstolo *decapitado*, reforça especularmente e sobrecarrega de sentido a cisão e/ou fragmentação do corpo do personagem-narrador — máquina desmantelada, decomposta em “peças anatómicas” (INS, p. 45) que se expandem e ocupam, autônomo e onipotentes, todo o espaço do quarto do hospital-cárcere e da superfície textual. O corpo da escrita, retalhado por frases sincopadas, que parecem mimetizar o ritmo de uma respiração ofegante, e por lembranças e reflexões inarticuladas, confunde-se, então, com o mecanismo em-

perrado e fanhoso do relógio cujo som marca descompassado o ritmo pulsional do tempo, e dá o tom amusical e descontinuo ao fio da linguagem.

Apesar ou em razão da babel de sons e ruídos que aparentam sobrepujar as palavras e sua articulação significativa, é possível perceber, em meio aos “cipoais obscuros” (INS, p. 44) do texto, um fio articulador que vai dar “na criança e no homem que se esconde por detrás da máscara de esparadrapo” (INS, p. 45) e, daí, no vazio, na falta, que o (des)constitui. Assim, emerso do surto retrospectivo que simultaneamente oculta e presentifica o recalcado, o duplo inscreve a rememoração no âmbito da repetição interminável de vivências, reais ou fantasmáticas, cada vez mais anteriores ou arcaicas e que se superpõem ao pesadelo do presente da escrita e do tempo da sua produção. Em vista, pois, das evocações à infância, não se trata de repetição reprodutora, reterritorializante, mas justo o contrário, já que a lembrança do passado é vivida contemporaneamente com o presente histórico e nele e por ele adquire a sua razão de ser, sobretudo se se leva em conta o período de elaboração dos contos, as vicissitudes então enfrentadas pelo seu autor, conforme o relato em minúcias das *Memórias do cárcere*.

Dos revesses da vida, retomada ao reverso no tempo, a memória extrai a matéria configuradora do texto que se entrelaça com outros textos. É preciso, então, ter atentos os ouvidos ao “som importuno” de “maçadas antigas” (INS, p. 53), que ressoa na lembrança ou na alucinação da voz áspera e autoritária do avô, dos gritos da criança como punhais dilacerando a carne, da “voz dura de matraca” (INS, p. 47) do professor, das lamentações do “velhinho, arrimado a um cacete, balbuciando, tropeçando” (INS, p. 47), Édipo arruinado e redivivo, “toque-toque — o cajado a bater nos paralelepípedos” (id. ib.), dos rufos de tambor, vozes de comando” (INS, p. 44). Esses sons enovelados e agressivos se confundem, atam-se, nó cego como o cordão do sapato do homem perplexo diante da mulher nua (cf. INS, p. 47); fio abominável como o tubo de borracha, o pêndulo do relógio, as cobras que, alucinadas, feito cegas, “estiram-se pela casa, invadem a sala, arrastam-se devagar nos cantos, sobem a cama” (INS, p. 41).

Essas sensações desencontradas, parciais, fragmentárias, se entrelaçam a sensações semelhantes de situações críticas experimentadas tanto pelo Graciliano de *Infância*,<sup>10</sup> quanto pelo de *Memórias*

*do cárcere*, estabelecendo, através da repetição diferencial, um campo fecundo de relações intertextuais, esclarecedoras a seu modo do funcionamento da linguagem da memória. Dessa forma, é possível aproximar, enquanto eventos reminiscentes que passam pelo corpo do sujeito e aí adquirem significado, o intrincado labirinto de impressões acústicas gravadas no presente dos contos com os acessos periódicos de cegueira que acometem Graciliano na infância e durante seu período de encarceramento.

Se a infância é, para Graciliano, o lugar privilegiado da opressão — “Eu vivia numa grande cadeia. Não, vivia numa cadeia pequena, como papagaio amarrado na gaiola” (INF, p. 203) — é sobretudo no transcurso da oftalmia que a opressão se revela, inscrita diretamente no corpo, com maior força. É o olho danificado, mutilado, que põe a nu para o menino a sua condição de intruso e castrado, de “bezerro-encourado” e “cabra-cega” (INF, p. 132), condição que não se restringe a uma conjuntura meramente pessoal, como sugere o flagrante retrospectivo dos colegas de escola e a reflexão imediata que lhe segue: “Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. Não há prisão pior que uma escola primária do interior” (INF, p. 190).

A rememoração de um incidente estritamente pessoal, no caso a oftalmia, é desveladora, portanto, de uma situação repressiva-opressiva que ultrapassa o âmbito do particular e o contextualiza numa rede de significações mais abrangente, que se verá distendida ainda mais quando se levam em conta as *Memórias do cárcere*. Luz que fere “como pontas de agulhas” (INF, p. 131), a re-visão do passado que emerge através dos “bugalhos sangrentos” (id. ib.) domenino, do olho ‘corroído’ do companheiro de escola, das “órbitas vazias” do homem dos esparadrapos do hospital vincula-se ao doloroso processo retrospectivo que resulta da experiência carcerária e se especifica pela visão de “gente incompleta”, pedaços humanos, olhos, bocas, orelhas a aparecer e desaparecer continuamente” (MC, III, p. 35). Decorre daí o desejo dilacerante de dar forma ou sentido, no texto, às distorções ‘ópticas’ da memória, a tentativa de transformar em história significativa a vida ou as vidas que escapam e fogem a todo momento, mutiladas, fragmentadas e dispersas no tempo. Mobilizado pela consciência adquirida desde a infância do “valor enorme das palavras” (INF, p. 134), diante e apesar da ubigüidade e onipresença da opressão, o narrador vê,

contudo, constantemente postergada a concretização satisfatória do objetivo almejado — e, mais uma vez, a oftalmia atua como significante-mor dessa (im)possibilidade.

Uma nuvem cortada por faixas vermelhas cobria os objetos. Cheguei a página aos olhos, afastei-a, buscando ansioso juntar os caracteres rebeldes. Vários deram-me a impressão de reunir-se, formando um contra-senso: *dettera*. Que diabo significava *dettera*? Parecia italiano, mas, por muito que me esforçasse, não me lembrava de ter visto semelhante palavra. Demais, o livro ali aberto era escrito em português. Que vinham fazer nele as estranhas sílabas? Procurei-as, e não houve meio de achá-las. Certamente não existiam, embora um minuto antes se houvessem mostrado claras, os dois *tt* negros e fixos. Ilusão, mas ilusão bem esquisita, com aparência de verdade. O negror e a fixidez tinham-se esvaído, agora as manchas cresciam na folha, os traços vermelhos angustiavam-me espalhando os sinais caprichosos (MC, IV, p. 146)

A fixação na retina enferma e na memória do vocábulo (in)existente e o relevo os dois *tt* dele amputados — amputação que, curiosamente, é sugerida pela própria grafia da consoante ressaltada — são indicadores que reiteram a condição do sujeito em causa nos textos de Graciliano. Dessa forma, retorna a questão do duplo (através dos dois *tt* 'alucinados') enquanto mecanismo defensivo e ao mesmo tempo revelador do fantasma da castração (o olho doente e a amputação dos dois *tt*), desterritorializada do espaço da família e ramificada no espaço do cárcere, no qual desemboca como sinal mais eloqüente dos efeitos aniquiladores engendrados pelos mecanismos punitivos do Estado totalitário. É o que se pode depreender da lembrança do número de batismo do Graciliano prisioneiro da Ilha Grande, significativamente 3535 ou 3335 (cf. MC, p. 89), e da sua relação com o episódio de fichamento do companheiro Zoppo.

— Com dois *pp*? indagou o empregado metucioso, aferrando-se a uma consoante.

— Com dois *pp*, afirmou Zoppo.

— Italiano?

— Filho de italianos. (MC, III, p. 104)

O fragmento de diálogo, à primeira vista banal, condensa, entretanto, as refrações significantes cujo percurso vem-se tentando

traçar. A amputação dos dois *pp* de Zoppo e a dos dois *tt* de “dettera” atuam, mutuamente, como reiteradoras de uma conjuntura comum, sobretudo se se pensa no significado que o nome Zoppo encerra — um português: manco, coxo — e no fato de ele remeter à perna avariada de Graciliano, logo, à rememoração da experiência do hospital e ao que ela faz vir à tona, como se viu. Manco e/ou cego — Édipo desterritorializado no mundo, em vez de reterritorializado sobre si mesmo e na família<sup>11</sup> —, destituído do nome que lhe garante, apesar de tudo, uma identidade própria,<sup>12</sup> reduzido a um número que longe de identificá-lo traduz pela reduplicação especular (“3535”) a uniformização despersonalizante da prisão, o personagem-narrador traz inscrito no corpo a marca paradigmática dos desmandos-da Lei (interditora e penal) que abrange todo o *corpus* carcerário.

Resta-lhe, porém, a palavra: narrar é, então, resistir,<sup>13</sup> e nesse sentido deve ser entendida a escrita *claudicante* dos apontamentos interrompidos, retomados, destruídos e posteriormente refeitos pela memória. Esclarece-se, assim, o significado de “dettera” enquanto “lettera” (letra) e “detta” (débito) e a conseqüente função do livro projetado-concretizado como pagamento de uma dívida contraída com os companheiros do cárcere,

Um volume sobre a colônia, o livro que Medina esperava. Detinha-me nessa afirmação maquinal, embora considerasse o projeto irrealizável: nem queria ouvir falar em semelhante gênero de trabalho. Haviam-me no pavilhão dado conselhos, mostrado a conveniência de narrar a vida na cadeia; a tarefa imposta me esfriava, em horas de aborrecimento vinha-me a tentação de berrar que não tinha deveres, estava longe da terra e imbecilizado. Os buracos do tintureiro e as réstias movediças continuavam a perseguir-me. Dê quando me apalpava, tocava os papéis escondidos nos bolsos do paletó. (MC, III, p. 40)

e, de modo diverso, com os próprios carcereiros:

- Levo recordações excelentes, doutor. E hei-de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
- Pagar como? exclamou a personagem.
- Contando lá fora o que existe na ilha Grande.
- Contando?
- Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.

O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carregando:

— o senhor é jornalista?

— Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a colônia correcional (...)

— A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever. (MC, III, p. 194)

Se o débito é pago em parte com os dois contos redigidos na cadeia na medida em que restituem, concretamente, ao escritor-prisioneiro o desejo subversor (cf. MC, I, p. 6) de entregar-se de novo ao exercício da escrita, o devedor só se verá livre do débito quando da composição efetiva de *Memórias do cárcere*, em que, segundo Ângela Maria Dias, “na trilha do desejo renovado, vai afirmar ritualmente a razão afetiva da experiência que narra contra os pressupostos formais, as marcas retóricas e a indigência moral da vontade de domínio”.<sup>14</sup> Nesse sentido, a fixação das lembranças esparsas e diluídas como as folhas do manuscrito clandestino lançado ao mar (cf. MC, III, p. 50) só se justifica e justifica o seu arranjo pormenorizado na escrita quando cumpre a função exponencial de preservar do esquecimento e de salvaguardar a solidariedade configuradora, apesar de tudo, das interações pessoais do universo dos companheiros de prisão — “Mangaratiba é um lugar miúdo, que procuro fixar na memória para não me esquecer dos companheiros” (MC, III, p. 42), declara a certa altura do relato o narrador.

Essa solidariedade que resiste e se contrapõe à aludida “vontade de domínio” não presume, evidentemente, a abolição da diferença, da alteridade. É da prática desta — postulada de forma diversa na ‘fábula’ de *A terra dos meninos pelados* escrita em 1937, logo após Graciliano ter deixado o cárcere — que resulta, como lição da(s) memória(s), a dilatação das fronteiras-cadeias do *eu* e a consciência apaziguadora, embora não imobilizante porquanto fermentada no solo da con-vivência, de que “ignoramos o que somos, até onde podemos ir” (MC, IV, p. 82). Rememorar é, afinal, tornar duradouro o vínculo resistente estabelecido entre os excluídos e perseguidos, desejo sempre renovado de fazer da página escrita a página viva da inter-ação, revelação de um saber nascido da disposição comum de narrar e que se desdobra, em moto contínuo, no presente da narrativa interminável — “Voltar à colônia, deitar-me na esteira podre, na cama suja de hemoptises, falar a Cubano, embalar-me nas aventuras de Gaúcho, saber como ele fugira de Fernando de Noronha” (MC, IV, p. 134).

Narrar é agir. Assim, o significado do vivido toma forma nas ações e através das ações compartilhadas que se tornam o meio essencial para lançar os fundamentos de uma atuação autêntica no futuro. Ao insistir sobre a ação como norma experimental de verdade, *Memórias do cárcere* contrapõe-se às especulações e esquemas artificialmente constituídos e traça o árduo caminho da liberdade. Esta se traduz, enfim, no próprio nível da composição narrativa, pois o movimento da memória, ao fazer-se acompanhar da recuperação do conteúdo cognitivo da fantasia, dá ao texto uma dimensão que vai além do meramente documental e/ou testemunhal e o insere num espaço em que o autobiográfico passa a coexistir com o ensaístico e com o ficcional ou imaginário.

## Refazendo o Tecido

A recuperação do legado da obra de Graciliano por *Em liberdade*, de Silviano Santiago, aponta justamente para o rompimento do “bloqueio documentalista”<sup>15</sup> que leva a cabo o escritor alagoano e que atinge até mesmo um texto como as *Memórias do cárcere*, onde tal procedimento, à primeira vista, poderia soar como despropositado e descabido. É, pois, na vertente inventativa e não na documental das memórias que se assenta a biografia ficcional de Graciliano e é através dela que novas relações são estabelecidas entre passado e presente, tempo e linguagem.

A memória (imaginária) dos eventos cotidianos registrados no diário (fictício) é um retorno não-passadista, reformulador, reivindicatório efetuado com o intuito de alterar o passado e não de preservá-lo ou reconstruí-lo mediante a submissão a uma fonte ou modelo. Nesse sentido, entende-se melhor não só o fato de *Em liberdade* desvincular-se da representação autobiográfica, mas também a sua opção pela forma-diário, já que ao valer-se dela, por deslocamento, procura acentuar a *presentificação* ou encenação própria da sua postura discursiva, em detrimento da retrospectão narrativa característica da forma-autobiografia. Traços de estilo e signos precedentes são apropriados e combinados numa linguagem que os transforma e modifica globalmente sua expressão e significado.

A partir dessa perspectiva, para o diarista Graciliano escrever é, de início, obliterar o passado, fazer desaparecer as marcas e vestígios deixados num “corpo dolorido que não quer pensar nas dores sofridas que castigam os sentidos e a memória” (EL, p. 28).<sup>16</sup>

O recalque da memória e a concentração do diarista no aqui e agora do período subsequente à libertação do cárcere têm como consequência o isolamento do *eu* nas páginas-prisão do diário, as quais prolongam a experiência de enclausuramento recém-vivida e tornam manifesto o colapso da função narrativa enquanto atuação comum, comunhão, comunicação.

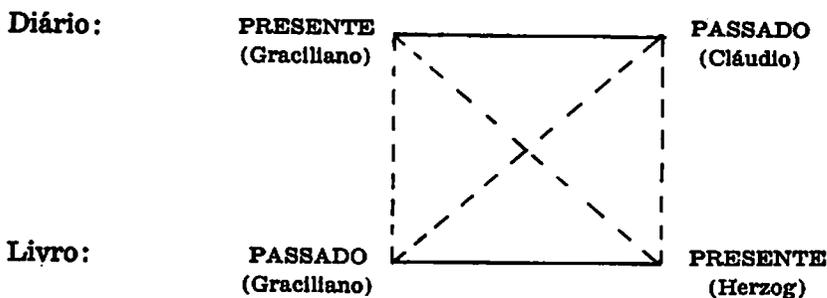
As portas da escrita e do cárcere só são efetivamente descerradas no momento em que a alusão fragmentária aos eventos diários e o ritmo monótono e repetitivo dos dias e das frases abrem espaço ao projeto da narrativa sobre o poeta inconfidente Cláudio Manoel da Costa. A memória e a imaginação retomam, assim, o fio rompido da tessitura da vida e da(s) história(s) e o retomam através do *eu* que direcionado para si mesmo se refrata e dá lugar à alteridade. Esse descentramento de perspectiva permite, pois, que o passado antes recalcado retorne desvinculado do "caso" pessoal e de uma objetividade ou razão cerceadora.

(...) quero um projeto literário mais substantivo do que este diário. Quero retomar a experiência da cadeia, porém sem fazer obra de realismo estreito, sem fazer narrativa de tipo jornalístico (como o Morel está querendo fazer). Quero qualquer coisa em torno da oposição entre a política e o cárcere, qualquer coisa sobre o destino trágico do intelectual no Brasil, sobre o desejo de morte e o desejo de vida, sobre o compromisso com os seus e a liberdade.  
(EL, p. 170-171)

Para tanto, o diário perfaz o caminho que vai do presente de Graciliano ao passado (remoto) de Cláudio, direção inversa à do livro, sobretudo se se leva em conta o período da sua produção, pois rememorar o passado de Graciliano é acercar-se do presente (ou passado recente), cujo signo mais incisivo é a morte do jornalista Herzog. Desse modo, a estrutura "em abismo" do livro,



comporta, no tocante à relação entre presente e passado, uma reflexão especular em forma de um quiasma:



A intersecção de segmentos temporais de período históricos distintos efetua-se pela memória a serviço da invenção ficcional, concebida esta como o modo mais eficaz de recuperar experiências alheias e fazê-las convergir ou articular. O funcionamento dessa articulação revela-se de forma mais evidente através do recurso do texto ao dispositivo onírico, de acordo com os dois sonhos registrados no diário. O primeiro deles — o sonho da águia — reflete a situação do Graciliano libertado do cárcere mas ainda preso às suas cadeias; o segundo — o sonho do enforcamento de Cláudio — reitera e amplia a mesma situação, mas lhe indica um possível ponto de fuga, que se verá concretizado no texto.

A águia, pássaro solar e símbolo de domínio e poder, é o olho policialesco que tudo vê, e como tal desempenha no texto do sonho função semelhante à do “panóptico” de que trata Foucault ao estudar a prisão. O seu objetivo principal é o de assegurar o funcionamento do poder, fazendo com que a vigilância “seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação”, pois “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição”.<sup>17</sup>

Se a águia é, ao mesmo tempo, a causa e a atenuante, da cegueira do personagem, e como tal condensa na sua atuação as ramificações significantes da cegueira, anteriormente abordadas, a invisibilidade e a inviolabilidade proporcionadas pelo diário revelam-se como uma armadilha e um embuste. Nesse sentido, o diário

é a bengala de cego oferecida ao escritor no sonho, o “apoio para sua sustentação nos moldes fornecidos pelo poder”.<sup>18</sup> Rejeitar a sujeição é jogar fora a bengala, desfazer-se do diário, caminhar propositadamente “às cegas” na escuridão, colocar-se fora do espaço ardiloso do visível — “Pedi ao garçom que apagasse a luz do sol, caso contrário não conseguiria chegar até os portões do cais” (EL, p. 53) —, descer à masmorra escura onde está Cláudio e, assim, reencontrar o vivido, recontá-lo e fazê-lo falar, liberado, do “trampolim da imaginação” (EL, p. 218).

O diário se dilata e se consoma através da evocação onírica, delirante e imaginária dos acontecimentos da Vila Rica de 1789. O veto à visão divergente do escritor, encenado no sonho da águia, articula-se com a interdição à fala, tal como apresentado no sonho em que Graciliano ocupa o lugar de Cláudio (ou vice-versa) e que atua como mola propulsora e espelho do texto que visa a “apresentar, numa cápsula da máquina do tempo, a permanência dos regimes autoritários no Brasil” (EL, p. 209). Para tanto, é necessário não só livrar-se da bengala de cego, como da cinta utilizada para o enforcamento, levando adiante o desejo de transformá-la “em mil lenços multicoloridos, que se sucederiam uns aos outros em interminável arco-íris dentro da masmorra gelada e soturna” (EL, p. 201) das páginas do diário.

Por intermédio da brecha aberta nas grades pela retomada da capacidade de sonhar, a escrita torna-se evocação e profecia de “coisa que ainda não tinham acontecido” (EL, p. 52). A mesma cinta que asfixia Cláudio-Graciliano asfixiará Herzog e quem insistiu ou insistirá que “‘esperar cansa’” (EL, p. 200); a visibilidade imposta pelo olhar vigilante, carcerário, panóptico, é ofuscada pelo resgate do invisível representado pelos autos de devassa de então e de sempre; os fragmentos de textos, sonhos (cf. EL, p. 201) e História podem ser rearticulados de modo novo e livre. Assim, “depois da noite e do silêncio, a vida regenerada”:<sup>19</sup> está aberto o caminho para a recuperação da memória e para o recobro da imaginação do leitor.

## NOTAS

1. BECKETT, Samuel. *Proust*. Trad. Arthur Nestrovski. Porto Alegre, L & PM Editores, 1986. p. 23.
2. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka — Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro, Imago, 1977 p. 114.
3. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade — lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. p. 335.
4. Cf. DIAS, Angela Maria. «O poder do estilo contra o estilo do poder». *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 84:10-31, jan.-mar. 1986. p. 20.
5. As citações serão feitas pela 1ª edição (Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. 4 v.), com o número do volume e da página, entre parênteses.
6. Idem, p. 13.
7. Vejam-se, como amostragem, alguns casos semelhantes: «Agora na prisão havia mais espaço: deixaram aberta uma grade e nosso mundo se estendeu alguns metros, pudemos andar na sala vizinha». (MC, III, p. 18) «As minhas observações tinham sido fragmentárias e dispersas as relações escapavam, havia sulcos na memória, fatos de pequena importância avultavam de mais. Agora diminuí a perturbação». (MC, III, p. 98) «Mal sério não me fariam aqueles militares vagabundos, incapazes de pegar direito numa arma. Não, não era medo. Medo sentia agora, diante do cafuso, pensando nos sapatos ferrados, na cólera doida». (MC, III, p. 138) «Na sala da capela havia agora três fileiras de camas separadas por estreitas passagens de meio metro. Deram-me a última do centro, metade mais ou menos das laterais». (MC, IV, p. 100)
8. «E essa voz baixa, que conta, que recorda isso tudo, só o tom dessa voz chega para trazer até a mim a certeza que esse homem tem de que tudo quanto está recordando está perdido para sempre, que nunca mais recuperará nada, e que ele próprio é uma coisa amputada». DOSTOIEVSKI, F. *Recordações da casa dos mortos*. Trad. José Geraldo Vieira. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982. p. 189.
9. Publicados em livro, pela primeira vez, em *Histórias incompletas* (1946) e, posteriormente, em: RAMOS, Graciliano. *Insônia*. 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. As citações são dessa edição e serão feitas pela sigla INS e pelo número da página, entre parênteses.
10. RAMOS, Graciliano. *Infância*. 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. As citações serão feitas pela sigla INF e pelo número da página, entre parênteses.
11. Cf. DELEUZE & GUATTARI, op. cit., p. 17.
12. Interessante observar, no caso, que Graciliano não se nomela no corpo do texto de *Memórias do cárcere*, onde é referido apenas como fulano» (cf. MC, I, p. 40, 173; II, p. 85, 122, 134, 190; III, p. 122, 180, 223; IV, p. 5).

13. Veja-se, a propósito, REIS, Zenir Campos. *Memórias do cárcere: compreender, resistir*. *Folhetim*, São Paulo, 29 jul. 1984, p. 3-5.
14. DIAS, op. cit., p. 11.
15. LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. p. 230.
16. SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. As citações serão feitas pela sigla EL e pelo número da página, entre parênteses.
17. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 178 e 179.
18. WALTY, Ivete Lara Camargos. Vozes em contraponto: uma leitura de «Em liberdade», de Silviano Santiago. *Minas Gerais; suplemento literário* (nº especial), Belo Horizonte, 30 jun. 1984, p. 10.
19. FOUCAULT, op. cit., p. 213.